


## 004ª Audiência Pública 27JUN2024

 **Pauta:** Debater o [PLCL nº 019/24](#).

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Boa noite a todos. Vamos dar início à nossa Audiência Pública que tem como objetivo debater o PLCL nº 019/24, na Zona Sul de Porto Alegre. As pessoas que estiverem presentes, que desejarem, podem fazer a inscrição com o nosso diretor legislativo. Passo a palavra ao diretor legislativo.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeito, Presidente.

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº19/24, QUE “ALTERA OS LIMITES DAS SUBUNIDADES 1 E 3 DA UNIDADE DE ESTRUTURAÇÃO URBANA (UEU) 48 DAMACROZONA (MZ) 8, CRIA A SUBUNIDADE 8 DA UEU 48 DA MZ 8 E DEFINE SEU REGIME URBANÍSTICO, NOS ANEXOS 1.1 E 1.2 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 434, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1999 – PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL (PDDUA) –, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.” (AVENIDA EDGAR PIRES DE CASTRO).

A nossa audiência terá o seguinte funcionamento: a partir de agora, receberemos, pelo *chat* aqui do Zoom, 10 inscrições para falas de até 5 minutos cada. Iniciaremos com uma exposição sobre o projeto, que vai ser efetuada pelo Ver. Mauro Pinheiro, que casualmente é o autor do projeto; e, depois, faremos as falas das inscrições. Então, a partir desse momento, aqui no *chat*, estão abertas as inscrições.

Registro ainda que a nossa Audiência Pública é transmitida pela TV Câmara, também pelo canal digital 11.3, canal 16 da Net e pelo Youtube na página da TV Câmara na página da Câmara Municipal de Porto Alegre.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Nós apresentamos esse projeto de área de interesse especial e social tendo em vista que essa região, que é próxima à entrada da Restinga, já tem várias áreas ali que foram transformadas em AEIS, tendo em vista que é uma facilidade para que possamos, dessa forma, ter mais habitações populares. Quase todas as áreas no entorno dessas áreas adjacentes já são AEIS, então, nós resolvemos transformar essa área em Área de Interesse Social, porque a gente sabe que, quando nós temos Áreas de Interesse Social, elas acabam ficando menos onerosas, para podermos ter mais facilidade de construir habitações populares com menor custo, atingindo um público maior, a necessidade é grande. Nós sabemos de locais onde se possam construir habitações populares, a iniciativa dos proprietários da terra é fazer lotes menores, com 15 metros de testada... (Problemas na conexão.) ...momento que nós estamos passando, que é um momento de falta de moradias populares na cidade de Porto Alegre, ainda mais agora, agravado com a enchente que aconteceu no mês de maio...

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Cortou um pouco o som, Presidente, temos um corte no som. Vamos aguardar um momento. (Pausa.)

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** A ideia é que a gente possa acelerar esse processo, tendo em vista que o próprio governo federal está procurando áreas para construir na cidade de Porto Alegre. A necessidade que nós temos é em torno de 20 mil casas hoje, só pela enchente. Em torno de 10 mil, que sumiram do mapa, mais algumas outras que acabaram ficando danificadas, então, uma carência de, pelo menos, 20 mil casas só pela enchente. Nós queremos acelerar esse processo, para que se possa ter mais áreas. Eu acho que, inicialmente, é isso, se tiver mais alguma da dúvida, a gente pode ajudar a esclarecer depois.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Colocamos a palavra à disposição de quem queira fazer um pronunciamento. Torno a dizer que é só colocar o nome e o sobrenome aqui no *chat* que nós já concederemos a palavra. Vamos aguardar um pouquinho, Presidente, para ver se alguém se inscreve. (Pausa.) Não temos inscrições até agora, Presidente. (Pausa.) Continuamos sem nenhuma inscrição.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Bom, de qualquer forma, a gente se coloca à disposição das pessoas; independentemente da audiência pública, o projeto já está tramitando há dois meses, desde o mês de abril, na Câmara de Vereadores. Ele é público e eu, particularmente, me coloco à disposição. Qualquer... (Problemas na conexão.) ...nos colocamos à disposição das pessoas para poder esclarecer, além da audiência pública. Não sei se tem mais alguma coisa, Dr. Luiz Afonso, se não tem nenhum inscrito, podemos encerrar?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeitamente, Presidente, não há mais inscritos pode encaminhar o encerramento.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Então agradecemos a presença de todos e damos por encerrada esta audiência pública. Muito obrigado...

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Só um pouquinho...

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** ...a todos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Presidente, apareceu um nome aqui, não sei se o senhor vai querer ouvir?

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Não tem problema, podemos escutar.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A Sra. Denise Moreira está com a palavra. O microfone está aberto, Sra. Denise.

**SRA. DENISE MOREIRA:** Vocês me escutam?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** ...o microfone está aberto, Sra. Denise.

**SRA. DENISE MOREIRA:** Vocês me escutam?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Perfeitamente.

**SRA. DENISE MOREIRA:** Deixa, primeiro, eu me apresentar: meu nome é Denise Moreira, eu faço parte do movimento chamado Preserva Zona Sul. Esse movimento tem como preocupação, como já diz o nome, preservar o meio ambiente. Eu estive visitando essa área, e é uma área onde já existe alguma ocupação, como diz ali na manifestação inicial, e me parece que é uma região ali muito, como é que eu posso dizer, bom, ali faz parte daquele perímetro dos Caminhos Rurais. Desculpe, eu estou com um *delay* aqui, tentando de todas as formas participar. A questão que se coloca, da concentração de construções de grandes empreendimentos aqui na região sul, ela causa uma série de problemas, de dificuldades em relação aos serviços públicos: saúde, educação, mobilidade, saneamento básico, etc. Tudo isso vem sendo debatido, e nós vimos agora, nas enchentes, a necessidade absoluta de repensar os critérios de definição de localização, de tamanho, de projetos dos grandes conjuntos habitacionais, em função do impacto que eles geram no meio ambiente e em todas as ações, enfim, tudo que acontece na cidade, especialmente nessa região Sul. Eu quero lembrar que existe uma revisão do Plano Diretor que está acontecendo, e uma das regiões que tem sido bastante debatida é exatamente a região Sul e o Extremo-Sul particularmente, onde está localizada essa área. Então, eu gostaria de solicitar que fosse realizada uma nova audiência pública, já que esta audiência

não está cumprindo o papel, a função de uma audiência pública, pois uma pessoa não é suficiente para que se configure uma audiência. Acho que é um assunto extremamente importante, que causa um impacto muito grande na vida de toda população, não só do Extremo-Sul, como do Sul, enfim, de todo esse caminho que se faz para chegar no Centro, por exemplo, que já está cada vez mais congestionado, e não só em termos de mobilidade, a gente tem aqui problemas em relação ao tratamento da água, de esgoto, energia elétrica, telefonia, dados de internet, toda parte de infraestrutura. Então, eu acho que esta audiência pública precisa, sim, ser encerrada, e precisa ser feita uma nova audiência pública presencial, porque nessa modalidade não existem condições para uma boa participação. Eu moro na região Sul, e a dificuldade de sinal aqui é absurda. A fala do Presidente, na abertura, eu não consegui ouvir. E eu, por vezes, acho vocês não me escutam também, mas, enfim, era isso que eu queria expor. Obrigada

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Sra. Denise.

**SRA. DENISE MOREIRA:** Como sempre, o sinal é muito ruim aqui.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Agradecemos a sua fala. Agora, Presidente, temos a inscrição da senhora Michele Rihan Rodrigues.

**SRA. MICHELE RIHAN RODRIGUES:** Boa noite, meu nome é Michele, sou moradora da região do Extremo-Sul e fui eleita agora no último pleito como delegada da Região de Planejamento 8. Assim como a Sra. Denise, que se manifestou antes de mim, eu poderia aqui tecer inúmeros motivos para justificar uma absoluta ausência de estruturação urbana na região Sul e no Extremo-Sul para dar conta de uma ampliação da ocupação urbana nessas regiões. Agora mesmo, retornando para minha casa em Belém Novo, passo por um esgoto que

está transbordando na Av. Juca Batista há mais de 30 dias direto, e o DMAE não dá conta de resolver aquele problema. A estação de bombeamento de esgoto de Belém Novo está inoperante desde o início de maio, já teve muitos problemas ao longo dos últimos anos. Então, quem mora na região Sul e no Extremo-Sul vivencia a ausência de estrutura urbana numa cidade que já cresceu para essa região sem condições. Mas eu gostaria de colocar uma questão mais objetiva com relação ao [PLCL nº 019/24](#), que é um projeto de lei de iniciativa do Legislativo e visa alterar o Plano Diretor naquela região específica, na Av. Edgar Pires de Castro. Eu gostaria de lembrar ao vereador que propôs essa alteração no Plano Diretor que o projeto de lei padece do vício de iniciativa, isso já é um entendimento consolidado até pela Procuradoria-Geral do Município. Existe o Parecer Singular nº 1.205. Vou só ler a ementa que já dá conta de caracterizar a situação: “Os planos diretores são leis de competência municipal, devem ser elaborados a partir de critérios técnicos e submetidos a participação popular. Lei de Iniciativa do Legislativo Municipal, alterando o Plano Diretor. Vício de Procedimento. Leis desta natureza exigem um conteúdo técnico para sua proposição, que é de atribuição intrínseca do Executivo. Precedentes jurisprudenciais.” Portanto, uma lei que visa modificar o regime urbanístico, que visa modificar o Plano Diretor, o gestor já deveria saber que não é da sua competência, depende de estudos técnicos elaborados pela Prefeitura, que tenham realmente embasamento, onde o Executivo faz uma audiência pública prévia e posteriormente, quando for para a análise da Câmara, se faz uma outra audiência pública. Mas a questão é o seguinte: a Câmara de Vereadores está aqui gastando dinheiro público em vão, e não é a primeira vez. Eu já participei de outras audiências públicas nessa mesma linha, lembro agora de cabeça do caso da Fazenda do Arado, quando o então Ver. Wambert – que nunca mais se reelegeu, graças a Deus – fez uma proposição nesse sentido e acabou sendo vetada pelo prefeito Sebastião Melo. Então, infelizmente, eu gostaria de dizer a todos que nós estamos aqui perdendo tempo porque esse é um projeto que tem vício na sua origem. Certo? Agora, se os vereadores pensam em ampliar a urbanização para a região Extremo-Sul, eu sugeriria que antes viessem visitar a

região e conhecer as carências da região para quem já reside aqui, antes de pensar em botar mais pessoas a residir em locais sem saneamento básico, sem escolas, sem transporte público, sem posto de saúde, sem estrutura mínima para a população. Agradeço a oportunidade.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Sra. Michele. Presidente, não temos mais inscritos. (Pausa.) Só aguardar um pouquinho, houve uma intercorrência na conexão com Presidente, ele já deve retornar. Temos mais uma inscrição.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** O Sr. Luiz Antônio Seabra Luisi está com a palavra.

**SR. LUIZ ANTÔNIO SEABRA LUISI:** Boa noite, eu sou engenheiro civil, o que eu posso dizer é que eu milito na área da Zona Sul há mais de 20 anos, certamente. Eu já fiz diversos empreendimentos, posso citar o Paraíso, o Beirute, os prédios atrás da CEEE, e o que se elabora ali, vamos dizer, nessa proposta do vereador que foi estudada de uma forma muito criteriosa, o que a gente pode dizer é que realmente há necessidade de habitação popular nesta região, e que é uma das únicas regiões da cidade que ainda tem condições de receber esse tipo de empreendimento. Só para esclarecer as falas anteriores, da Michele e da Denise, o que está se propondo é um loteamento com todas as condições de infraestrutura, tanto na parte de saneamento como na de atendimento, porque são destinadas, no loteamento, área para escola, área para praça, e a questão da acessibilidade do empreendimento, é de frente para a Av. Edgar Pires de Castro, tem todas as condições de transporte. E na questão de infraestrutura, a Prefeitura também tem que ser parceira, porque neste momento dessa calamidade que a gente observou na cidade, há uma falta imensa de habitação, principalmente para a camada menos abastada da população; então não é, vamos dizer, uma região, uma área que esteja totalmente inadequada para fazer o que estão propondo. Eu tenho conhecimento do projeto, tem todas as

condições, tanto ambientais, quanto de mobilidade, de infraestrutura – a água passa na frente, tem uma adutora, tem energia elétrica também, tem uma subestação a menos de 1.500 metros, tem que dar realmente condições para que essa população de menor renda tenha condições de acessar a este tipo de empreendimento aí, porque o que está se oferecendo é o Minha Casa, Minha Vida, que confina as pessoas numa questão de prédios que são de tamanho minúsculo, e não é, vamos dizer, a proposta que se está estabelecendo neste empreendimento. A região está se desenvolvendo; se nós pegarmos aí, na volta dele tem no mínimo mais umas seis ou oito AEIS que estão no papel, nunca saíram do papel, que estão há anos aí não sendo ocupadas. Esta proposta do vereador é que a gente também tenha um compromisso agora, com essa catástrofe que teve, de a gente oferecer para a população empreendimentos que atendam à população. Não é um empreendimento que foi feito para uma classe social mais elevada, mas, sim, para uma classe social menos abastada, mas com todas as condições de infraestrutura, tanto de saneamento básico, como de empreendimentos dessa questão do abastecimento. Agora, quanto à questão de escola e postos de saúde e essas infraestruturas que são de competência do Município. A população tem que também brigar para que seja oferecida a eles, vamos dizer assim, uma condição de vida melhor do que na beira de arroio, na beira de estrada, como está acontecendo agora, em terrenos alagadiços. Esse, pelo que a gente já fez um levantamento, na questão ambiental, é totalmente inviável; não tem, vamos dizer assim, reservas, grande manutenção de área de floresta, de vegetação. É um terreno plano, não é alagável. Então a gente tem que mirar é no desenvolvimento da cidade. Eu sei que o prefeito não é muito adepto a essas situações por causa da expansão urbana, e o Poder Público também tem que investir; mas, quanto ao saneamento, quanto ao resto de infraestrutura, o empreendedor vai satisfazer todas as condições que o Município colocar, e a população. Isso vai passar pelo conselho do Plano Diretor, vai passar por diversas situações, e a gente tem outros foros para discutir essa questão dessa AEIS que está sendo proposta. Era isso o que eu tinha para dizer. Muito obrigado.



**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Obrigado, Sr. Luiz Antônio.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Obrigado. Temos mais algum inscrito, diretor Luiz Afonso?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Não temos mais inscritos.

**PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP):** Então, conforme o rito, agora podemos encerrar a reunião. Agradecemos a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente audiência pública.

(Encerra-se a reunião às 19h29min.)